



Influência das Características Políticas e Eleitorais Sobre a Abertura de Créditos Adicionais

Influence of Political and Electoral Characteristics on Opening Additional Credits

Juliano Francisco Baldissera¹, Ruy Fernandes da Silva Costa², Denis Dall'Asta³ e Clóvis Fiirst⁴

RESUMO

Objetivo: Analisar a influência das características políticas e eleitorais sobre a abertura de créditos adicionais nos municípios do Paraná, no ciclo político de 2013 a 2016.

Método: utilizou uma metodologia descritiva de abordagem quantitativa a partir de uma regressão linear múltipla, cujos dados foram coletados exclusivamente pela internet no ano de 2017. A amostra deste estudo abrangeu 377 municípios paranaenses cujos dados estavam disponíveis nos anos de 2013 a 2016.

Originalidade/relevância: Demonstrar o comportamento dos entes municipais paranaenses na utilização dos créditos adicionais sob a ótica de aspectos teóricos e suas relações com o orçamento.

Resultados: A pesquisa concluiu que as variáveis ano eleitoral, mandato eleitoral, ideologia política, alinhamento partidário e o tamanho populacional exercem influência positiva e significativa na abertura de créditos adicionais pelos municípios paranaenses. Já a variável mudança de gestor público influencia de forma negativa na abertura de créditos adicionais.

Contribuições Teóricas/metodológicas: O crédito adicional é utilizado em função do calendário eleitoral, justificado pela probabilidade de aumentar suas chances de reeleição para o próximo ano, de modo que o gestor preenche uma lacuna na sua programação inicial ou adapta a alocação de recursos às mudanças nas prioridades políticas. Os políticos recém-eleitos buscam sinalizar a sua competência em matéria orçamentária. A abertura de créditos adicionais é maior quando os gestores estão no primeiro mandato eleitoral.

Contribuições sociais/para a gestão: Observou-se que o uso dos créditos adicionais varia em função de condições políticas e eleitorais e que a sociedade, como mecanismo de controle social, deve estar atenta.

Palavras-chave: Contabilidade governamental; Ciclos políticos; Créditos adicionais; Ano eleitoral; Mandato eleitoral.

¹Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Paraná, Brasil.

E-mail: juliano.baldissera@hotmail.com  <http://orcid.org/0000-0003-1592-5906>


²Centro Universitário Univel, Paraná, Brasil.

E-mail: rufcosta@hotmail.com  <http://orcid.org/0000-0002-8882-3209>

³Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Paraná, Brasil.

E-mail: denis.Asta@unioeste.br  <http://orcid.org/0000-0002-2624-3364>

⁴Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Paraná, Brasil.

E-mail: cfiirst@gmail.com  <http://orcid.org/0000-0002-9415-104X>

ABSTRACT

Objective: To analyze the influence of political and electoral characteristics on the opening of additional credits in the municipalities of Paraná, in the political cycle from 2013 to 2016.

Method: Used a descriptive methodology of quantitative approach from a multiple linear regression, whose data were collected exclusively by internet in the year 2017. The sample of this study covered 377 municipalities of Paraná whose data were available in the years of 2013 to 2016.

Originality/relevance: To demonstrate the behavior of the municipal entities of Paraná in the use of additional credits from the point of view of theoretical aspects and their relations with the budget.

Results: The research concluded that the variables electoral year, electoral mandate, political ideology, partisan alignment and population size exert a positive and significant influence on the opening of additional credits by the municipalities of Paraná. On the other hand, the variable managerial change has a negative influence on the opening of additional credits.

Theoretical/methodological contributions: The additional credit is used in function of the electoral calendar, justified by the probability of increasing its chances of re-election for the next year, so that the manager fills a gap in his initial schedule or adapts the allocation of resources changes in policy priorities. The newly elected politicians seek to signal their competence in budgetary matters. The opening of additional credits is greater when managers are in the first electoral mandate.

Social/management contributions: It has been observed that the use of additional credits varies according to political and electoral conditions and that society, as a mechanism of social control, must be attentive.

Keywords: Government accounting; political cycles; Additional credits; Election year; Electoral mandate.

1 INTRODUÇÃO

O orçamento público é um importante instrumento de planejamento que visa prever as receitas e as despesas em dado período, e que tem como prerrogativa determinar a alocação de recursos segundo os objetivos e metas estabelecidos para a entidade (Bezerra, 2013). O governo, visando ao melhor nível dinâmico de bem-estar à coletividade, utiliza-se de técnicas de planejamento e programação de suas ações por meio do Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei de Orçamento Anual, conforme previsto no artigo 165 da Constituição Federal (Kohama, 2012).

Alguns estudos relacionados ao orçamento público têm ganhado destaque não apenas no cenário nacional, mas, também, no internacional como o de Martins e Correia (2015), que buscaram identificar os principais determinantes dos desvios orçamentários da receita total, despesa total e do saldo orçamentário global dos 278 municípios portugueses, no período de 2010 a 2012. Beetsma, Giuliodori e Wierts (2009), exploraram os fatores que determinam a política fiscal nos países da União Europeia em suas diferentes etapas, bem como investigaram como os gastos públicos e receitas são determinados tanto no planejamento quanto na implementação do processo fiscal.

Os créditos orçamentários previstos na Lei Orçamentária Anual poderão ser modificados ao longo do exercício, por diversos motivos, e essas alterações são realizadas por meio dos Créditos Adicionais (Silva, 2012). Segundo a Lei nº 4.320/1964, de 17 de março de

1964, Créditos Adicionais são autorizações não computadas ou insuficientes dotadas na Lei Orçamentária Anual, sendo classificadas em Especiais, Extraordinários e Suplementares.

Pires (2002) chama os Créditos Adicionais de mecanismos retificadores do orçamento, e Rocha, Marcelino e Santana (2013) os consideram perturbadores da execução orçamentária, uma vez que são utilizados para cobrir falhas da fase do planejamento durante a sua execução, e trazem conflitos e disputas entre diferentes autores, como, por exemplo, as agências governamentais, políticos, empresas, servidores públicos, grupos sociais, dentre outros, em que buscam maximizar a satisfação de seus interesses.

Nesse sentido, observa-se uma relação dos créditos adicionais com a Teoria dos Ciclos Políticos, pois se relaciona com comportamento dos gestores em decidirem utilizar esses créditos como forma de realizarem ações que possam favorecer a sua reeleição (Fiirst, Cavichioli, Santos & Dall'Asta, 2017). O comportamento da economia de um país é influenciado pelo comportamento dos seus agentes políticos, sendo que o ano eleitoral é um momento oportuno para os gestores manipularem variáveis fiscais com o objetivo de sinalizarem competências e aumentarem as chances de recondução de seu grupo político ao poder (Sakurai, 2009; Queiroz, 2017).

Algumas pesquisas buscaram tratar do assunto sem, no entanto, enfatizarem o aspecto da abertura dos créditos adicionais, como foi o caso da pesquisa realizada por Queiroz (2017), que investigou a influência do ano eleitoral, da mudança do gestor público e do mandato eleitoral sobre mudanças na composição dos gastos públicos nos estados brasileiros, concluindo que a mudança de liderança exerce influência positiva e significativa sobre as mudanças na composição dos gastos públicos.

Ressalta-se, assim, a necessidade de se relacionar variáveis de ano eleitoral, mudança de gestor público e mandato eleitoral com alterações no orçamento, pois podem representar fatores que expliquem a abertura de créditos adicionais. Dessa forma, tem-se como problema de pesquisa: Qual a influência do ano eleitoral, mudança de gestor público e mandato eleitoral sobre a abertura de créditos adicionais? O estudo tem por objetivo analisar a influência do ano eleitoral, mudança de gestor público e mandato eleitoral sobre a abertura de créditos adicionais.

Esta pesquisa se justifica pelo fato de o assunto estar relacionado à abertura dos créditos adicionais, sendo uma lacuna aberta pela falta de pesquisas sobre esta variável, aprofundando com o estudo dos aspectos teóricos e suas relações com o orçamento público. Espera-se, com este estudo, contribuir com a literatura relacionada aos aspectos teóricos no que diz respeito ao orçamento público, ao se identificar como os créditos adicionais são influenciados pelo ano eleitoral, mudança do gestor público e do mandato eleitoral.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Aspectos Teóricos

Entre as vertentes teóricas que podem explicar o comportamento do gestor em relação à abertura de créditos adicionais, tem-se a Teoria dos Ciclos Políticos e a Teoria do Incrementalismo.

O autor seminal da Teoria dos Ciclos Políticos, Downs (1957) afirma que todo agente na divisão do trabalho tem um motivo particular e uma função social, sendo a função social desempenhada como meio de alcançar seus interesses particulares. O autor enfatiza que grande parte da Teoria Econômica busca provar que o homem, ao perseguir seu próprio interesse, pode desempenhar suas funções sociais com eficiência, porém sob certas condições.

Os partidos políticos, dentro de um ambiente de democracia, formulam políticas como um meio de ganhar votos, e que não procuram tomar posse de um cargo político pelo simples fato de realizar certas políticas preconcebidas, mas formulam políticas e atendem grupos de interesses para obter um cargo. Dessa forma, a sua função social se torna um subproduto de seus próprios interesses que são alcançar renda, poder e prestígio de estar no poder (Downs, 1957).

A discussão da Teoria dos Ciclos Políticos tem continuidade com Nordhaus (1975), ao afirmar que todos os aspectos da vida econômica dos cidadãos e muitos outros, são influenciados por políticas governamentais, e que envolvem a escolha do bem-estar atual e o bem-estar futuro. O autor investigou um modelo simples de escolha pública em que as decisões são tomadas dentro de uma estrutura política.

Nordhaus (1975) enfatiza que o papel dos partidos políticos é facilmente delineado pelo fato de que as partes estão interessadas apenas nos resultados eleitorais, pois querem ganhar as eleições. Há uma suposição de que os partidos políticos conhecem as preferências dos eleitores, portanto, escolhem as políticas econômicas durante sua incumbência, que maximizam sua pluralidade na sua próxima eleição. Por outro lado, caso tenham certeza de derrota nas próximas eleições, eles sabotarão o partido da oposição, deixando uma herança inflacionária alta. Caso tenham certeza da reeleição, podem ter uma política deflacionária, de modo que suas chances nas próximas eleições sejam favoráveis.

Quanto às questões orçamentárias, Rogoff (1990), ao fazer uma análise baseada em um modelo de equilíbrio intertemporal em que tanto os eleitores quanto os políticos são agentes racionais e maximizadores de utilidades, chegou à conclusão de que existe um “ciclo orçamentário político” que surge devido à assimetria de informações temporárias sobre a competência do líder político. A conclusão da sua análise é que as políticas orçamentárias pré-eleitorais dos políticos em exercício podem ser um mecanismo socialmente eficiente para difundir as informações atualizadas sobre as suas competências.

Nesse sentido, estudos como o de Carvalho e Oliveira (2009) buscaram analisar o comportamento das prefeituras fluminenses a fim de detectar os comportamentos cíclicos nos gastos públicos e suas inter-relações com o calendário eleitoral, com base em rubricas específicas do orçamento e balanços públicos municipais no período de 1998 a 2006. Os resultados apresentaram que o calendário eleitoral exerce influência significativa sobre o comportamento dos prefeitos, e que eles realizam superávits financeiros nos anos anteriores às eleições para descarregar esse excesso no ano eleitoral.

Klein e Sakurai (2015), ao pesquisarem os diferentes incentivos eleitorais enfrentados pelos prefeitos, chegaram ao resultado de que durante as eleições, os prefeitos do primeiro mandato diminuem as receitas de impostos locais próprios e alteram a composição do orçamento, passando das despesas correntes para as relacionadas com o capital, enquanto os saldos orçamentários e as despesas totais permanecem inalterados.

Em seu levantamento na literatura sobre ciclos políticos, Dubois (2016) apresenta algumas sugestões de pesquisas que são promissoras para o estudo desses ciclos. Dentre elas, pode-se citar: a) estudos que envolvam os ciclos políticos voltados para estrutura institucional, pois ela muda e essa mudança afeta o ciclo político; b) examinar se os ciclos políticos são mais fortes no caso de eleições simultâneas; c) duração dos efeitos eleitorais em relação à manipulação política; d) influência das características pessoais dos políticos na alteração da forma dos ciclos políticos; e) relação dos ciclos políticos com a desigualdade de renda ou riqueza; f) mudanças na definição da população de eleitores registrados podem influenciar os ciclos políticos.

Na Teoria do Incrementalismo, desafiam-se os modelos racionais de decisão humana. Esta teoria tem como pressuposto o fato de que os indivíduos e as organizações selecionam alternativas satisfatórias dentro de padrões de exigência mínima do que é considerado satisfação (Pardini & Amaral, 1999). Assim, considera-se que o orçamento é elaborado com base no anterior, com pequenas variações, entendidas como incrementais (Alves, 2016). Em uma das obras seminais sobre o tema, conclui-se que os órgãos omitem informações no planejamento sobre os recursos orçamentários que serão utilizados para poder utilizar essa flexibilidade operacional durante a execução do orçamento (Caiden & Wildavsky, 1980; Pardini & Amaral, 1999).

2.2 Estudos Anteriores e Hipóteses de Pesquisa

2.2.1 Características políticas e eleitorais

A literatura a respeito dos ciclos políticos e eleitorais tem sugerido que os decisores políticos adotam um comportamento oportunista nos anos de eleições, buscando maximizar as suas hipóteses de reeleição (Martins & Correia, 2015). Os formuladores de políticas e planejamento orçamentário têm preferência por continuar no poder e utilizam esse poder para explorar os benefícios do planejamento orçamentário, enganando o público quanto a sua verdadeira situação orçamentária (Brück & Stephan, 2006).

No *electoral forecast cycle*, o ano eleitoral determina os planos de gastos e tributação do governo e a política de informação divulgada correspondente a esses itens, por isso o governo aumenta gastos, omitindo déficits orçamentários, explorando as assimetrias temporárias de informação (Brück & Stephan, 2006). As previsões orçamentárias são mais otimistas nos períodos pré-eleitorais porque os governos têm a intenção de agradar os eleitores, com isso buscam implementar políticas orçamentárias expansionistas (Martins & Correia, 2015), o que poderia ser entendido como um maior uso dos créditos adicionais para implementar essas políticas nos anos de eleição.

Em outros estudos, percebe-se que existe uma manipulação da receita subestimada e sobrestimada em função do calendário eleitoral, com consequências no uso da despesa pública nesse período. A subestimação da receita pode ser utilizada como uma almofada financeira (*precautionary buffer*), em que é colocada pressão sobre a despesa e isso gera receitas inesperadas e que poderiam ser utilizadas para aumentar a despesa no período eleitoral (Furtado, 2016). A sobrestimação da receita em anos eleitorais permite incluir mais despesas no orçamento sem aumentar explicitamente o déficit público, oportunizando satisfazer as necessidades dos eleitores (Furtado, 2016).

Haja vista o orçamento ser utilizado como um símbolo externo, é esperado que as escolhas do governo no orçamento inicial sejam mais otimistas, diminuindo déficits e desencorajando reformas, de modo que, na execução do orçamento, o gestor buscaria aumentar gastos e diminuir impostos e taxas (Anessi-Pessina, Sicilia & Steccolini, 2012). Pina e Venes (2011) também identificam o otimismo como fonte relacionada ao erro nas previsões orçamentárias.

As evidências anteriores geram alguma dúvida sobre a capacidade dos governos de produzir boas previsões ou sua disposição de divulgar todas as informações que possuem (Hagen, 2010). É possível esperar que em anos de eleição o uso de créditos adicionais seja maior do que nos demais anos do calendário eleitoral, portanto, propõe-se a Hipótese 1.

H1: O ano eleitoral exerce influência positiva e significativa na abertura de créditos adicionais nos municípios paranaenses.

A mudança de gestor público pode ser uma característica que pode influenciar a abertura de créditos adicionais. A mudança do gestor público está relacionada à ideia de fragmentação política. Uma das explicações que podem justificar a diferença no uso de créditos adicionais quando há essa transição de governo é dada por Ashworth, Geys e Heyndels (2005), que sugere a existência do uso estratégico da dívida (*strategic debt models*).

Essa premissa sugere que os gestores públicos adotam um comportamento estratégico quando existe a incerteza ou impossibilidade de serem reeleitos nas próximas eleições (Martins & Correia, 2015). Esses políticos realizariam maiores despesas, apresentariam maiores déficits e acumulariam níveis excessivos de dívida pública, com o objetivo de restringir as opções políticas do partido adversário que viria a vencer as próximas eleições (Tabellini & Alesina, 1990; Martins e Correia, 2015).

Outra constatação que poderia justificar o uso de créditos adicionais nesses casos é uma das conclusões obtidas do estudo de Beetsma *et al.* (2009), em que as previsões do saldo orçamentário são mais otimistas quando elaboradas por um partido recém-chegado ao governo, visto que os políticos pretendem sinalizar a sua competência em matéria orçamentária.

Tendo em vista as premissas do uso estratégico da dívida pelo governo anterior (Ashworth *et al.*, 2005), a ideia de impossibilidade de reeleição e a gestão financeira e orçamentária anterior (Tabellini & Alesina, 1990; Martins & Correia, 2015), assim como o orçamento como instrumento simbólico (Beetsma *et al.*, 2009), é possível pressupor que os prefeitos municipais, quando não esperam ser reeleitos para um próximo mandato, conduzem suas políticas amarrando a do gestor futuro, de modo que o próximo gestor fique impossibilitado de realizar suas ações e, com isso, abra menos créditos adicionais. Tem-se a Hipótese 2.

H2: Mudança de gestor público municipal exerce influência negativa e significativa sobre a abertura de créditos adicionais dos municípios paranaenses.

O mandato eleitoral também é uma variável importante nas pesquisas. No modelo chamado de ciclos políticos oportunistas, Meneguín e Bugarin (2001) registram que um governante tende a maximizar suas ações dentro de um mandato, sem se preocupar com os efeitos futuros, caso não tenha a possibilidade de reeleição. Assim, estes autores e também Nakaguma e Bender (2010), defendem a reeleição como uma forma de contenção de gastos.

Outra justificativa para o comportamento oportunista do gestor no primeiro mandato eleitoral estaria associada à Teoria do Incrementalismo (*theory of incrementalism*). Essa vertente teórica estaria preocupada em simplificar a tomada de decisões, reduzindo o número de alternativas possíveis e o grau de inovação das políticas atualmente em vigor, o que ignoraria as consequências políticas dessas escolhas (Lindblom, 1959; Anessi-Pessina *et al.*, 2012).

É possível esperar que os gestores sejam imediatistas ao elaborar o orçamento inicial quando estiverem no primeiro mandato eleitoral, maximizando o uso desse instrumento para atender aos seus interesses particulares, mas durante sua execução teriam que rever o planejamento inicial, mas saberiam que os eleitores não controlariam essas alterações da mesma forma que no planejamento inicial (Anessi-Pessina *et al.*, 2012).

Ao contrário, também se poderia esperar que os gestores que estão no segundo mandato eleitoral teriam uma visão míope da sua gestão e dificilmente escolheriam medidas

impopulares, aumento dos níveis de déficit e da dívida pública (Martins & Correia, 2015), o que levaria a entender que estes políticos usariam mais créditos adicionais que aqueles que estão em um primeiro mandato.

Ainda assim, visto a maior parte da literatura se posicionar em uma motivação maior para adotar um comportamento oportunista para aqueles que estão em um primeiro mandato, é possível formular a Hipótese 3.

H3: O mandato eleitoral exerce influência significativa e positiva sobre a abertura de créditos adicionais nos municípios paranaenses.

2.2.2 Ideologia política, alinhamento partidário e população

A ideologia política também pode justificar a abertura de créditos adicionais, tendo em vista as diferentes prioridades dos partidos de esquerda e de direita. Os partidos de direita diminuem impostos e favorecem a estabilidade de preços em detrimento do emprego, ao contrário dos partidos de esquerda que buscam a igualdade, uma vez que estão mais dispostos a aceitar níveis elevados de inflação do que níveis elevados de desemprego (Hibbs, 1977; Martins & Correia, 2015).

No que se refere aos desvios orçamentários, dado os governos de esquerda serem motivados à busca de empregos, aumentam as previsões de receita e déficit orçamentário, mas acabam apresentando os maiores desvios orçamentários, uma vez que têm maiores dificuldades em prever as receitas de impostos (Brück & Stephan, 2006). Nesse contexto, Beetsma *et al.* (2009) também argumentam que devido à instabilidade política e às mudanças ideológicas de governos, os erros de previsão orçamentária são maiores. Dessa forma, é possível supor que os governos de direita utilizariam menos créditos adicionais que os de esquerda.

O alinhamento partidário é outro fator que pode justificar as escolhas dos governos. Quando existe um alinhamento entre os governos locais e nacionais ou estaduais, os governos tendem a aumentar e aprovar as despesas que beneficiam os respectivos eleitores, contribuindo para o aumento do volume da despesa (Martins & Correia, 2015). A revisão do orçamento está associada à ideia de possíveis reformas que o governo tenha que enfrentar, as quais modificam a distribuição dos benefícios e os custos entre os *stakeholders* (Anessi-Pessina *et al.*, 2012). A fragmentação política poderia impedir esse tipo de reforma e conseqüentemente a revisão do orçamento (Alesina & Drazen, 1991). Deste modo, espera-se que exista uma associação positiva entre o alinhamento partidário e o uso dos créditos adicionais.

Entes maiores tendem a ser mais complexos e difíceis de gerenciar devido à magnitude e variedade de suas atividades, o que sugeriria o fato de realizarem mais ajustes durante a execução do orçamento, ou, então, poderia ser mais difícil e lento para alcançar o consenso necessário para aprovar as medidas de revisão do orçamento (Anessi-Pessina *et al.*, 2012). Deste modo, não é possível estabelecer o sentido da relação entre o uso de créditos adicionais e o tamanho dos municípios, mas espera-se uma associação significativa.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Amostra da Pesquisa

O objeto deste estudo consiste nos municípios paranaenses, haja vista a acessibilidade de dados contábeis, orçamentários e sobre as características políticas e eleitorais. A população da pesquisa consiste nos 399 municípios paranaenses nos anos de 2013 a 2016, mas, devido a

alguns dados faltantes, reduziu a amostra para 377 municípios, o que somou o total de 1.508 observações. Apesar de não se obter mais de um ciclo eleitoral, acredita-se que pelo número de observações será suficiente para estimar as relações esperadas.

O processo de coleta de dados ocorreu exclusivamente pela internet em 2017. Os dados referentes à abertura de créditos adicionais foram coletados do *site* do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR). As informações eleitorais foram obtidas do *site* do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Por fim, a população dos estados foi coletada do *site* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

3.2 Definição das Variáveis

As variáveis dependente, explicativas e de controle estão evidenciadas na Tabela 1, a qual identifica classificação, descrição e relação esperada de acordo com a literatura.

A variável dependente consiste no valor utilizado pelo ente municipal para a abertura de crédito adicional. O crédito adicional é utilizado para resolver a imprevisão na elaboração orçamentária (despesas já previstas no orçamento) e a inexistência de crédito orçamentário (despesas não previstas no orçamento) (Giacomoni, 2005). Portanto, considerando as justificativas teóricas clássicas da *Political Budget Cycles* (Downs, 1957; Nordhaus, 1975; Rogoff, 1990) e, mais especificamente, a vertente teórica que discute o *Electoral Forecast Cycle* (Brück & Stephan, 2006; Beetsma *et al.*, 2009; Hagen, 2010; Pina & Venes, 2011; Anessi-Pessina *et al.*, 2012; Martins & Correia, 2015; Furtado, 2016), além da Teoria do Incrementalismo (Caiden & Wildavsky, 1980), espera-se que a prática de abrir crédito adicional, seja por imprevisão, por inexistência ou mecanismo de flexibilidade operacional, possa ser utilizada com fins políticos e/ou eleitorais, em que o governante distorceria a política fiscal pré-eleitoral, realizando reajustes na execução do orçamento.

As variáveis explicativas deste modelo foram construídas conforme os estudos de Queiroz (2015), Queiroz *et al.* (2016), Queiroz (2017). Elas consistem em variáveis *dummies* que indicam se o gestor público (prefeito) tem determinada qualidade ou não. Verificou-se que nos estudos anteriores a maioria deles não abordava a relação entre os fatores políticos e a abertura de crédito adicional, por isso este estudo se justifica e busca avançar nesse sentido.

A variável AE busca verificar a influência do ano eleitoral, isto é, caso seja ano de eleição, sobre o CA. A variável MGP objetiva identificar a influência da mudança de prefeito dos municípios sobre o CA. Por fim, a variável PME busca identificar qual o efeito do primeiro mandato eleitoral sobre o CA.

As variáveis ESQ e DIR consistem no viés ideológico dos partidos dos prefeitos municipais, em que se pretende relacionar com a abertura de créditos adicionais. Foram utilizadas pesquisas de Sakurai (2009), Sakurai e Menezes (2011) e Klein e Sakurai (2015) para definir o viés ideológico dos partidos. Assim, tem-se que os partidos de centro são: PMDB, PSDB, PROS, PSD e PTB; os partidos de esquerda são PT, PC do B, PSB, PPS, PDT e PMN, já os partidos de direita são PFL, PP e DEM.

A variável APP e APG busca verificar a influência política do presidente ou do governador, quando o partido político do prefeito for o mesmo que o do presidente ou do governador, respectivamente, sobre o CA. Por último, tem-se a variável POP, que busca identificar a influência de características demográficas sobre a abertura de créditos adicionais.

Tabela 1
Descrição das variáveis da pesquisa

| | Descrição | Código | Classificação | Descrição | Relação Esperada |
|------------------------|---|--------|--|--|------------------|
| VARIÁVEL DEPENDENTE | Créditos Adicionais | CA | LN | Logaritmo natural das autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei do Orçamento | |
| | <hr/> | | | | |
| VARIÁVEIS EXPLICATIVAS | Ano Eleitoral | AE | 1 0 | Se for ano de eleição Se não for ano de eleição | + |
| | Mudança de Gestor Público | MGP | 1 | Prefeito do município é diferente do ano anterior | + |
| | | | 0 | Prefeito do município não é diferente do ano anterior. | |
| | Primeiro Mandato Eleitoral | PME | 1 | Prefeito do município exerce o primeiro mandato eleitoral. | + |
| | | | 0 | Prefeito do município não exerce o primeiro mandato eleitoral | |
| | Esquerda | ESQ | 1 | Se o partido político do prefeito é de esquerda | + |
| 0 | | | Se o partido político do prefeito não é de esquerda. | | |
| VARIÁVEIS DE CONTROLE | Direita | DIR | 1 | Se o partido político do prefeito é de direita | - |
| | | | 0 | Se o partido político do prefeito não é de direita | |
| | Alinhamento Partidário com o Presidente | APP | 1 | Se o partido do prefeito pertence ao mesmo partido do Presidente. | + |
| | | | 0 | Se o partido do prefeito não pertence ao mesmo partido do Presidente | |
| | Alinhamento Partidário com o Governador | APG | 1 | Se o partido do prefeito pertence ao mesmo partido do Governador | + |
| | | | 0 | Se o partido do prefeito não pertence ao mesmo partido do Governador | |
| População | POP | LN | Logaritmo natural da população | + | |

3.3 Modelo econométrico

Para verificar a influência das variáveis independentes sobre a abertura de créditos adicionais, utilizou-se a técnica de regressão linear múltipla com dados em painel, já que mescla os dados *cross-section* e de série temporal (Fávero, Belfiore, Silva & Chan, 2009). A abertura de créditos adicionais (CA) foi colocada em função dos três fatores políticos (AE, MGP e PME) e das demais variáveis de controle. Assim, tem-se a Equação 1, que apresenta o modelo utilizado nessa pesquisa.

Equação 1:

$$CA_{it} = \beta_i + \beta_1 AE_{it} + \beta_2 MGP_{it} + \beta_3 PME_{it} + \beta_4 DIR_{it} + \beta_5 ESQ_{it} + \beta_6 AP_{it} + \beta_7 POP_{it} + e_{it}...$$

Para realizar a tabulação e organização dos dados da pesquisa, utilizou-se o *Office Excel*®, já para realizar a estatística descritiva, teste de diferença de médias e regressão, utilizou-se o *software* estatístico *Stata*®.

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Descrição dos Resultados

Dada a necessidade de visualizar sob um panorama geral a situação dos créditos adicionais abertos em função das variáveis desta pesquisa, elaborou-se a Tabela 2, em que se demonstra os valores mínimo e máximo, média, desvio-padrão, teste de médias e correlação, segregadas nas *dummies* utilizadas.

Tabela 2
Estatística descritiva

| Variáveis Independentes | Dummy | N | Mínimo | Máximo | Média | Desvio Padrão | Mann-Whitney p-valor | Correlação (sig.) |
|-----------------------------------|-------|------|--------|--------|-------|---------------|----------------------|----------------------|
| Ano Eleitoral | 1 | 377 | 12,81 | 19,75 | 15,78 | 0,94 | 0,014** | 0,063 (0,014**) |
| | 0 | 1131 | 13,14 | 19,89 | 15,64 | 0,94 | | |
| Mudança do Gestor Público | 1 | 286 | 13,52 | 19,89 | 15,44 | 0,94 | ,000*** | -0,124 (0,000***) |
| | 0 | 1222 | 12,81 | 19,75 | 15,73 | 0,93 | | |
| Mandato Eleitoral | 1 | 1144 | 12,81 | 19,89 | 15,67 | 0,96 | 0,233 | -0,016 (0,530) |
| | 0 | 364 | 13,19 | 18,58 | 15,71 | 0,87 | | |
| Direita | 1 | 184 | 13,52 | 19,22 | 15,74 | 1,06 | 0,668 | 0,026 (0,308) |
| | 0 | 1324 | 12,81 | 19,89 | 15,67 | 0,92 | | |
| Esquerda | 1 | 428 | 13,45 | 19,89 | 15,86 | 1,03 | 0,000*** | 0,120 (0,000***) |
| | 0 | 1080 | 12,81 | 19,36 | 15,61 | 0,90 | | |
| Alinhamento Partidário Presidente | 1 | 148 | 13,74 | 17,81 | 15,78 | 0,97 | 0,196 | 0,037 (0,147) |
| | 0 | 1360 | 12,81 | 19,89 | 15,67 | 0,94 | | |
| Alinhamento Partidário Governador | 1 | 304 | 12,81 | 19,15 | 15,72 | 0,85 | 0,192 | 0,020 (0,439) |
| | 0 | 1204 | 13,14 | 19,89 | 15,67 | 0,96 | | |

Nota. *** Significância ao nível de até 0,01; **Significância ao nível de até 0,05; * Significância ao nível de 0,10

Avaliou-se 377 municípios paranaenses em quatro anos (2013 a 2016), somando-se 1.508 observações neste período. O ano eleitoral, comparado ao ano não eleitoral, demonstrou-se com valores médios maiores no que se refere à abertura de créditos adicionais (15,78), em que se verificou diferença significativa entre estes, ao nível de 5% (0,014). Este resultado sugere que prefeitos municipais tendem a utilizar mais os créditos adicionais em ano de eleição.

Em contrapartida, para a mudança de gestor público, o valor médio de abertura de créditos adicionais quando o líder municipal é diferente do ano anterior é de 15,44, e quando essa característica não está presente é de 15,73. A diferença entre estes valores médios foi significativa (0,000). Esse resultado demonstra que quando existe alteração do prefeito municipal, existe menor nível de créditos adicionais abertos.

Da mesma forma, quando o gestor público está no primeiro mandato eleitoral, tende a abrir menos créditos adicionais para realizar a execução das despesas (15,67). Entretanto,

comparando-se os valores médios dos gestores que estão em primeiro ou segundo mandato eleitoral, não se observou diferença significativa pelo teste de *Mann-Whitney*.

Os valores médios de créditos adicionais utilizados considerando a ideologia política demonstram que partidos de direita utilizam menos créditos adicionais (15,74), comparados aos de esquerda (15,86). Entretanto, o teste entre as médias só demonstrou diferença significativa quando comparados municípios com prefeitos de ideologia política de esquerda em relação aos de centro e de direita.

Por fim, observou-se que existiam 148 casos em que o prefeito era do mesmo partido político do presidente e 304 do governador. Quando existe essa relação de igualdade entre as coligações, percebeu-se que a utilização de créditos adicionais era maior (15,78; 15,72) do que quando não existia essa relação (15,67; 15,67). Entretanto, também não demonstrou diferença média estatisticamente significativa (0,196; 0,192).

Adicionalmente, realizou-se o teste de correlação de *Pearson* entre as variáveis independentes e os valores dos créditos adicionais utilizados pelos municípios. O teste evidencia que o ano eleitoral e a ideologia partidária de esquerda apresentam relação positiva significativa com a abertura de créditos adicionais, enquanto que a mudança de gestor público indicou relação negativa. A correlação corrobora com o teste de médias e já indica que ano eleitoral e partidos de esquerda tendem a utilizar mais créditos adicionais, e quando existe alteração do prefeito há diminuição nos níveis de créditos adicionais abertos pelo Poder Público.

Tendo em vista a necessidade de verificar as hipóteses de pesquisa e testar a Equação 1, elaborou-se uma regressão linear múltipla com dados em painel, a qual está evidenciada na Tabela 3.

Tabela 3

Influência do ano eleitoral, mudança do gestor público e do mandato eleitoral sobre a abertura de crédito adicional

| <i>Prob > F</i> | <i>R</i> ² | <i>VIF</i> | <i>DW</i> | Teste <i>BP/CW</i> | Teste <i>White</i> | Teste <i>B e P</i> | F de <i>Chow</i> | Teste <i>Hausman</i> | Nº <i>OBS</i> |
|--------------------|-----------------------|--------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|------------------|----------------------|---------------|
| 0.0000 | 0.7524 | 1.18 | 1.614088 | 0.4768 | 0.9144 | 0.0000 | 0.0000 | 0.9587 | 1,508 |
| Variáveis | | | Efeitos Aleatórios | | | | | | |
| Independentes | | Coefficiente | Erro-Padrão | <i>T</i> | <i>P-Value</i> | Interv. Conf. 95% | | | |
| AE | | 0.06 | 0.02 | 2.65 | 0.008*** | 0.02 0.11 | | | |
| MGP | | -0.29 | 0.03 | -10.40 | 0.000*** | -0.34 -0.23 | | | |
| PME | | 0.11 | 0.05 | 2.01 | 0.045** | 0.00 0.21 | | | |
| DIR | | 0.13 | 0.07 | 1.83 | 0.067* | -0.01 0.27 | | | |
| ESQ | | 0.00 | 0.06 | -0.05 | 0.962 | -0.12 0.12 | | | |
| APP | | 0.08 | 0.09 | 0.84 | 0.399 | -0.10 0.25 | | | |
| APG | | 0.05 | 0.04 | 1.27 | 0.203 | -0.03 0.13 | | | |
| POP | | 0.73 | 0.02 | 33.01 | 0.000*** | 0.69 0.78 | | | |
| _cons | | 8.83 | 0.21 | 41.91 | 0.000*** | 8.42 9.24 | | | |

Nota. *** Significância ao nível de até 0,01; **Significância ao nível de até 0,05; * Significância ao nível de 0,10

Observando-se os pressupostos do modelo, o teste de *Chow* (F de *Chow*) indicou que os interceptos do modelo são diferentes, rejeitando a hipótese de que eles fossem iguais (*POLS*), o que sugere o modelo com efeitos fixos. Na sequência, observa-se o teste de *Hausman*, os valores observados não permitem rejeitar a hipótese nula de que o modelo de correlação dos erros é adequado (efeitos aleatórios). Deste modo, para o presente estudo, os testes recomendam a utilização do modelo de efeitos aleatórios para a Equação 1.

A modelagem da Equação 1, cuja soma das observações é de 1.508, foi significativa ao nível de 1% para a amostra dos municípios paranaenses deste estudo. O R^2 que representa a proporção da variação amostral da variável dependente explicada pelas variáveis explicativas (Wooldridge, 2003), é de 75,24%.

O modelo não apresenta problemas de autocorrelação, já que o *Durbin-Watson* é 1.614088, dentro do limite aceitável (Hill, Judge, & Griffiths, 2010). Não indica problemas de multicolinearidade, conforme indica o teste *VIF* ($1.18 < 10$), medida de quanto à variância de cada coeficiente de regressão estimado aumenta devido à multicolinearidade (Fávero et al., 2009). O teste de *Breusch-Pagan/Cook-Weisberg* (0.4768) e o teste de *White* (0.9144) não indicam ter problemas de heterocedasticidade nos resíduos, visto que se utilizou o logaritmo natural para mensurar os créditos adicionais e também a população, assim como a utilização de variáveis *dummies*, o que não gerou grandes discrepâncias entre os dados (Gujarati, 2006).

Em análise aos resultados da regressão, observa-se que o ano eleitoral (AE), a mudança de gestor público (MGP) e o mandato eleitoral (PME) estabeleceram uma relação de determinação da variável dependente, a abertura de créditos adicionais. Esse resultado indica uma evidência da existência de ciclo político oportunista nos municípios paranaenses. As variáveis de controle ideologia política de direita (DIR) e população (POP) também se mostraram significantes. Entretanto, observa-se que as variáveis ESQ, APP e APG não demonstraram relação significativa ao nível de 1%, 5% ou 10%.

O ano eleitoral confirma a evidência da existência do ciclo político oportunista, já que demonstrou relação positiva com a abertura de créditos adicionais, sugerindo que municípios em ano de eleição tendem a utilizar mais o recurso do crédito adicional para realizar a execução de suas despesas, ainda que ele esteja restrito aos aspectos legais de reforço orçamentário, falta de dotação de despesa e em situação extraordinária.

Entretanto, ao contrário do que se esperava, a mudança de gestor público influencia negativamente o uso de créditos adicionais. Esse resultado demonstra que quando existe alteração na liderança política municipal o município utiliza menos os créditos adicionais na execução de despesas.

No que se refere à variável que identifica quando os gestores estão no primeiro mandato eleitoral, observou-se que essa característica demonstra influência positiva com o uso de créditos adicionais pelos municípios. Assim, prefeitos que estão no primeiro mandato eleitoral tendem a fazer mais uso de créditos adicionais na execução orçamentária.

Observou-se também que existe determinação da abertura de créditos adicionais quando o município é comandado por prefeito municipal de partido de ideologia de direita. E, ainda, a característica socioeconômica mensurada pela população do município também demonstrou influência positiva.

Esses resultados permitem aceitar as hipóteses H1, H2 e H3, já que se obteve significância estatística nos testes realizados, sugerindo haver relação estatística positiva entre o ano eleitoral e mandato eleitoral e a abertura de créditos adicionais, enquanto a mudança do gestor público demonstrou relação estatística negativa.

4.2 Discussão dos Resultados

4.2.1 Características políticas e eleitorais

O ano eleitoral demonstrou relação de influência positiva e significativa com a abertura de créditos adicionais pelos municípios paranaenses, de modo que permitiu aceitar a hipótese H1. Esse resultado corrobora com os resultados de Anessi-Pessina et al. (2012), com municípios italianos, e os de Martins e Correia (2015), com municípios portugueses, o que

permite avançar e perceber que, na realidade do governo local brasileiro, o comportamento oportunista também é evidente no que se refere à abertura de créditos adicionais.

Este resultado sugere que o comportamento do gestor público, na realidade municipal brasileira, é tido como oportunista no que se refere ao uso dos créditos adicionais, em que sua função social seria realizada como um subproduto do interesse particular desse gestor (Downs, 1957). Essa constatação demonstra que o uso do crédito adicional é utilizado durante a execução do orçamento, já que existiriam assimetrias temporárias de informação (Brück & Stephan, 2006), uma vez que os governantes têm a intenção de agradar os eleitores ao propor previsões orçamentárias mais otimistas no planejamento inicial (Martins & Correia, 2015).

A revisão do orçamento, como é o caso dos créditos adicionais, é utilizado pelos municípios para preencher uma lacuna na sua programação inicial ou adaptar a alocação de recursos às mudanças nas prioridades políticas (Anessi-Pessina *et al.*, 2012). A utilização dos créditos adicionais deveria ser feita para melhorar o desempenho do governo e não para favorecer a busca de objetivos oportunistas. A falta de transparência no uso dos créditos adicionais fortalece o uso para fins de interesse particular. As demonstrações contábeis publicadas pelo setor público municipal brasileiro não têm evidenciado a separação dos créditos adicionais em suplementares, especiais e extraordinários.

A mudança do gestor público exerce influência negativa nos valores utilizados de créditos adicionais. Confirmando o que se esperava, a relação observada foi negativa, o que permitiu aceitar a hipótese H2. Essa constatação pode ser justificada pelo fato de que os políticos recém-eleitos pretendem sinalizar a sua competência em matéria orçamentária (Beetsma *et al.*, 2009), além do fato de os novos gestores estarem descontinuando o incrementalismo da gestão anterior (Alves, 2016), uma vez que o orçamento foi elaborado pelo prefeito anterior.

Outra justificativa é o fato de estarem amarrados nas dívidas do governo anterior (Ashworth *et al.*, 2005) e nas consequências gestão financeira e orçamentária desse período (Tabellini & Alesina, 1990; Martins & Correia, 2015). A mudança de gestor ainda no primeiro ano de mandato não é suficiente para alterar a execução das despesas através do uso de créditos adicionais, haja vista a existência de restrições legais e das próprias restrições impostas pela gestão anterior.

Assim, não se descarta o comportamento oportunista do gestor, já que este sujeito considera os eleitores racionais (Alesina, 1987), e, por isso, agiria de modo a sinalizar competência (Beetsma *et al.*, 2009). Entretanto, ressalta-se, o maior ou menor uso dos créditos adicionais não deve ser observado necessariamente como um fator negativo, o que se evita é a ineficiência no planejamento e gestão dos gastos e o comportamento oportunista dos políticos. O uso dos créditos adicionais pode ser feito para enfrentar contingências e se adaptar às realidades necessárias durante o mandato.

O mandato eleitoral influencia positivamente o uso de créditos adicionais, isto é, gestores que estão no primeiro mandato eleitoral tendem a utilizar mais deste mecanismo de revisão orçamentária do que aqueles que estão no segundo mandato. Essa constatação permitiu aceitar a hipótese H3. Esse resultado corrobora com as expectativas teóricas e empíricas de estudos anteriores (Lindblom, 1959; Meneguín & Bugarin, 2001; Nakaguma & Bender, 2010; Anessi-Pessina *et al.*, 2012; Martin & Leonida, 2015).

Os governantes buscam maximizar suas ações dentro de um mandato, sem se preocupar com os efeitos futuros, caso não tenham a possibilidade de reeleição (Meneguín & Bugarin, 2001). Assim, observa-se que o comportamento oportunista considerando a

possibilidade de reeleição é dado pelo fato de que os gestores utilizariam mais o recurso dos créditos adicionais para a execução de despesas.

O incrementalismo na elaboração do planejamento inicial poderia justificar o maior uso de créditos adicionais durante a execução do orçamento, uma vez que os gestores buscam a reeleição para um próximo mandato e sabem das limitações dos eleitores em acompanhar a execução do orçamento (Anessi-Pessina *et al.*, 2012). Assim, observa-se que esses gestores não detêm uma visão míope da sua gestão e não escolhem medidas impopulares no orçamento inicial (Martins & Correia, 2015), essas escolhas são reajustadas durante o mandato através da abertura de créditos adicionais.

4.2.4 Ideologia política, alinhamento partidário e população

A ideologia política demonstrou relação significativa no uso do crédito adicional. Ao contrário do que se esperava, observou-se que os partidos de direita tendem a fazer mais uso de créditos adicionais do que os partidos de centro e de esquerda. Mas ao comparar os níveis médios utilizados somente pelos partidos de esquerda, observa-se que estes são maiores que os de direita.

Assim, apesar de Anessi-Pessina *et al.* (2012) não encontrarem resultado significativo da ideologia política no caso italiano, o governo político local brasileiro de direita demonstrou realizar mais a revisão do orçamento com o uso de créditos adicionais. Esse resultado sugere que as mudanças ideológicas de governo de direita para governos de esquerda, ou centro, podem contribuir para erros de previsão do saldo orçamentário (Beetsma *et al.*, 2009).

O alinhamento partidário percebido quando o gestor público municipal pertence ao mesmo partido do presidente ou do governador não se mostrou significativo em função do uso de créditos adicionais. Esse resultado sugere que ainda quando exista relação partidária entre prefeito e presidente, ela não é suficiente para explicar a variação dos gastos utilizados no que se refere ao uso de créditos adicionais, sugerindo que o alinhamento partidário não tem efeito sob as reformas que o governo tende à realização durante a execução do orçamento.

O tamanho populacional, mensurado pelo número de habitantes do município, exerce influência positiva no uso de créditos adicionais. Esse resultado era esperado, visto que cada organização desenvolve sua abordagem e cultura de orçamento e revisão, as quais são traduzidas em regras e rotinas consistentes com suas condições contextuais e políticas específicas. Municípios mais populosos apresentam maiores demandas, são mais complexos e difíceis de gerenciar. A necessidade de reforço e implementação de despesas é evidentemente maior nesses municípios (Anessi-Pessina *et al.*, 2012).

5 CONCLUSÃO

A pesquisa buscou analisar a influência das características políticas e eleitorais sobre a abertura de créditos adicionais. Os resultados obtidos revelaram que a variável ano eleitoral demonstrou relação de influência positiva e significativa com a abertura de créditos adicionais pelos municípios paranaenses. Este resultado sugere que prefeitos municipais tendem a utilizar mais os créditos adicionais em ano de eleição. Em contrapartida, para a variável mudança de gestor público, os dados estatísticos demonstram que quando existe alteração do prefeito municipal, existe menor nível de créditos adicionais abertos.

No que tange ao mandato eleitoral, os resultados apontaram que esta variável influencia positivamente no uso de créditos adicionais, isto é, os gestores que estão no primeiro mandato eleitoral tendem a utilizar mais deste mecanismo de revisão orçamentária do que aqueles que estão no segundo mandato, observando, assim, que o comportamento

oportunista considerando a possibilidade de reeleição é dado pelo fato de que os gestores utilizariam mais o recurso dos créditos adicionais para a execução de despesas.

Adicionalmente à pesquisa, foram levantadas as variáveis ideologia política, alinhamento partidário e população, a fim de que fosse verificada alguma influência na abertura dos créditos adicionais. Com relação à ideologia política, foi constatado que há uma relação significativa dessa variável com o uso do crédito adicional, em que se observou que os partidos de direita tendem a fazer mais uso de créditos adicionais do que os partidos de centro e de esquerda. Mas ao comparar os níveis médios utilizados somente pelos partidos de esquerda, observa-se que estes são maiores que os de direita. Quanto ao alinhamento partidário, os resultados revelaram que não há influência significativa quando o gestor público municipal pertence ao mesmo partido do presidente ou do governador, diferentemente da variável população, que avalia o tamanho do município, que demonstrou exercer influência positiva no uso dos créditos adicionais.

Como limitação nas escolhas das variáveis, tem-se o fato que poderia ter observado questões ideológicas do vice-prefeito e do presidente da Câmara Legislativa. Outras limitações estão relacionadas ao fato de não olhar o impacto do *impeachment* de Dilma Rousseff, uma vez que se utilizou de dados anuais até 2016, além de não separar o efeito da crise fiscal nos municípios nos anos de 2015 e 2016.

Sugere-se, para pesquisas futuras, a utilização de outras variáveis e análise nas capitais e estados brasileiros de forma que se possa ampliar o conhecimento sobre determinantes da abertura de créditos adicionais, além de observar as diferentes destinações para os créditos adicionais.

REFERÊNCIAS

- Alesina, A. (1987). Macroeconomic policy in a two-party system as a repeated game. *The Quarterly Journal of Economics*, 102(3), 651-678. doi: <https://doi.org/10.1590/0034-76121776>
- Alesina, A., & Drazen, A. (1991). Why are stabilizations delayed? *The American Economic Review*, 81(5), 1170-1188. doi: <http://www.jstor.org/stable/2006912>
- Alves, M. A. (2016). O modelo incremental como teoria para o processo orçamentário. *Revista Brasileira de Planejamento e Orçamento*, 6(1), 124-137.
- Anessi-Pessina, E., Sicilia, M., & Steccolini, I. (2012). Budgeting and rebudgeting in local governments: siamese twins?. *Public Administration Review*, 72(6), 875-884. doi: <https://doi.org/10.1111/j.1540-6210.2012.02590.x>
- Ashworth, J., Geys, B., & Heyndels, B. (2005). Government weakness and local public debt development in Flemish municipalities. *International Tax and Public Finance*, 12(4), 395-422. doi: <https://doi.org/10.1007/s10797-005-2317-3>
- Beetsma, R., Giuliodori, M., & Wierds, P. (2009). Planning to cheat: EU fiscal policy in real time. *Economic Policy*, 24(60), 753-804. doi: <https://doi.org/10.1111/j.1468-0327.2009.00230.x>
- Bezerra, J. E. Filho. (2013). *Orçamento aplicado ao setor público*. 2. ed. São Paulo. Atlas.
- Brück, T., & Stephan, A. (2006). Do Eurozone countries cheat with their budget deficit forecasts?. *Kyklos*, 59(1), 3-15. doi: <https://doi.org/10.1111/j.1467-6435.2006.00317.x>
- Caiden, N., & Wildavsky, A. B. (1980). *Planning and budgeting in poor countries*. Transaction Publishers.

- Carvalho, F. A. A., & Oliveira, K. V. (2009). A contabilidade governamental e a teoria dos ciclos políticos: uma análise empírica fiscal e contábil sobre os municípios do Estado do Rio de Janeiro – 1998 / 2006. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, 3(1), 46-64. doi: <http://dx.doi.org/10.17524/repec.v3i1.40>
- Downs, A. (1957). An economic theory of political action in a democracy. *Journal of Political Economy*, 65(2), 135-150. doi: <https://doi.org/10.1086/257897>
- Dubois, E. (2016). Political business cycles 40 years after Nordhaus. *Public Choice*, 166(1-2), 235-259. doi: <https://doi.org/10.1007/s11127-016-0313-z>
- Fávero, L. P., Belfiore, P., Silva, F. D., & Chan, B. L. (2009). Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Fiirst, C., Cavichioli, D., Santos, K. P., & Dall'Asta, D. (2017). Determinantes para abertura de créditos adicionais: um estudo com municípios paranaenses. *XVII USP – International Conference in Accounting*. São Paulo, SP, Brasil.
- Furtado, S. I. J. (2016). *A sobreorçamentação da receita nos municípios portugueses e seus determinantes: uma análise empírica de 2005-2014*. (Dissertação de mestrado). Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.
- Giacomoni, J. (1985). *Orçamento público*. Atlas: São Paulo.
- Gujarati, D. (2006). *Econometria Básica*. 4. ed. São Paulo: Campus.
- Hibbs, D. A. (1977). Political parties and macroeconomic policy. *American political science review*, 71(4), 1467-1487. doi: <https://doi.org/10.1017/S0003055400269712>
- Hagen, J. von (2010). Sticking to fiscal plans: the role of institutions. *Public Choice*, 144(3-4), 487-503. doi: <http://dx.doi.org/10.1007/s11127-010-9680-z>
- Hill, C., Judge, G. G., Griffiths, W. E. (2010). *Econometria*. 3. ed. São Paulo: Saraiva.
- Klein, F. A., & Sakurai, S. N. (2015). Term limits and political budget cycles at the local level: evidence from a young democracy. *European Journal of Political Economy*, 37, 21-36. doi: <https://doi.org/10.1016/j.ejpoleco.2014.10.008>
- Kohama, H. (2012). *Contabilidade pública: teoria e prática*. 12. ed. São Paulo: Ática.
- Lindblom, C. E. (1959). The science of muddling through. *Public Administration Review* 19(1): 79-88. doi: <https://doi.org/10.2307/973677>
- Martins, P., & Correia, L. (2015). Determinantes dos desvios orçamentais nos municípios portugueses. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, (39), 41-62.
- Meneguim, F. B., & Bugarin, M. S. (2001). Reeleição e política fiscal: um estudo dos efeitos da reeleição nos gastos públicos. *Economia Aplicada*, 5(3), 601-622.
- Nakaguma, M. Y., & Bender, S. (2010). Ciclos políticos e resultados eleitorais: um estudo sobre o comportamento do eleitor brasileiro. *Revista Brasileira de Economia*, 64(1), 3-24. doi: <https://dx.doi.org/10.1590/S0034-71402010000100001>
- Nordhaus, W. D. (1975). The political business cycle. *The review of economic studies*, 42(2), 169-190. doi: <https://dx.doi.org/10.2307/2296528>
- Pardini, D. J., & Amaral, H. F. (1999). A função orçamentária e o ascendente paradigma de final de milênio: o decrementalismo. *Revista do Serviço Público*, 50(2), 97-114.
- Pina, Á. M., & Venes, N. M. (2011). The political economy of EDP fiscal forecasts: an empirical assessment. *European Journal of Political Economy*, 27(3), 534-546. doi: <https://doi.org/10.1016/j.ejpoleco.2011.01.005>
- Pires, J. B. F. S. (2002). *Contabilidade Pública: orçamento público, Lei de responsabilidade fiscal, teoria e prática*. 7. ed. Brasília: Franco e Fortes.

- Queiroz, D. B. (2015). *Composição dos gastos públicos e resultados eleitorais: um estudo nos municípios brasileiros*. (Tese de Doutorado). Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba e Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasília, DF, Brasil.
- Queiroz, D. B., Souza, A. G. S. F., Morais, L. M. F., & Silva, V. K. R. (2016). Mandatos eleitorais e ciclos políticos orçamentários: evidências dos estados brasileiros. *X Congresso Associação Anual de Pós-Graduação em Ciências Contábeis*, Ribeirão Preto, SP, Brasil.
- Queiroz, D. B. (2017). Influência do ano eleitoral, da mudança de gestor público e do mandato eleitoral sobre mudanças na composição dos gastos públicos nos estados brasileiros. In: *XI Congresso Associação Anual de Pós-Graduação em Ciências Contábeis*, Belo Horizonte, MG, Brasil.
- Rocha, C. M. C. (2009). Orçamento público no Brasil: um estudo dos créditos adicionais. *Contabilidade, Gestão e Governança*, 4(2), 135-162.
- Rocha, D. G., Marcelino, G. F., & Santana, C. M. (2013). Orçamento público no Brasil: a utilização do crédito extraordinário como mecanismo de adequação da execução orçamentária brasileira. *Revista de Administração*, 48(4), 813-827. doi: <http://dx.doi.org/10.5700/rausp1123>
- Rogoff, K. (1990). Equilibrium political budget cycles. *The American Economic Review*, 80(1), 21-26. doi: <http://www.jstor.org/stable/2006731>
- Sakurai, S. N. (2009). Ciclos políticos nas funções orçamentárias dos municípios brasileiros: uma análise para o período 1990-2005 via dados em painel. *Estudos Econômicos (São Paulo)*, 39(1), 39-58. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-41612009000100002>
- Sakurai, S. N., & Menezes-Filho, N. (2011). Opportunistic and partisan election cycles in Brazil: new evidence at the municipal level. *Public Choice*, 148(1), 233-247. doi: 10.1007/s11127-010-9654-1
- Silva, V. L. (2012). *A nova contabilidade aplicada ao setor público: uma abordagem prática*. São Paulo: Atlas.
- Tabellini, G., & Alesina, A. (1990). Voting on the budget deficit. *The American Economic Review*, 80(1), 37-49. doi: <http://www.jstor.org/stable/2006732>
- Wooldridge, J. M. (2003). Cluster-sample methods in applied econometrics. *The American Economic Review*, 93(2), 133-138. doi: <http://dx.doi.org/10.1257/000282803321946930>